



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 29/01/2014 16:58:10, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0011366-75.2009.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Requerente: **Hsbc Bank Brasil Sa Banco Multiplo**
 Requerida: **Regina Aparecida Ceara Peracoli Me**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo move ação em face de **Regina Aparecida Ceará Peracoli - ME**, dizendo que celebraram contrato de abertura de conta e termo de opção - pessoa jurídica SME - , tendo a ré assumido a titularidade da conta corrente n. 0959-21009-64. Essa conta foi munida de limite de crédito, na modalidade cheque especial. O último limite concedido pelo autor à ré foi de R\$ 12.000,00, por ela plenamente utilizado, mas deixou de honrar o pagamento da dívida que, em 02.07.2009, atingiu o importe de R\$ 19.406,27. Pede a procedência da ação monitória para determinar que a ré lhe pague R\$ 19.406,27, com juros de mora, correção monetária, honorários advocatícios e custas do processo. Documentos às fls. 10/40.

A ré não foi localizada para a citação pessoal. Sua citação se deu por edital (fls. 156/157). A curadora especial nomeada a fl. 158 ofereceu embargos monitórios às fls. 161/166 dizendo que as assinaturas e nome que constam como representante legal da embargante são de Regina Aparecida Peracoli de Castro, enquanto a representante legal da embargante chama-se Regina Aparecida Ceará Peracoli. São pessoas distintas. No mérito, o contrato não especificou a taxa de juros remuneratórios ao tempo da abertura da conta. Não é dado ao embargado exigir, arbitrariamente, juros remuneratórios. Todos os encargos exigidos pelo embargado são abusivos por falta de previsão contratual. Pede a procedência dos embargos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

monitórios para o reconhecimento da ilegitimidade da embargante para figurar nesses embargos monitórios, e no mérito deverá ser reconhecido o excesso de cobrança.

O embargado impugnou os embargos às fls. 168/181, sustenta que a ação está sendo proposta em face da pessoa jurídica, parte legítima para a demanda. O contrato firmado entre as partes é válido e eficaz, não se ressentindo de abusividade alguma. Os encargos cobrados têm previsão contratual e amparo no ordenamento jurídico. Improcedem os embargos monitórios.

Saneador a fl. 182. Documentos às fls. 192/245. Laudo pericial às fls. 251/289. Foi nomeada outra causídica em substituição à anteriormente nomeada curadora especial (fl. 300). Em alegações finais (fls. 304/308) as partes reiteraram os seus anteriores pronunciamentos.

É o relatório. Fundamento e decido.

A ação monitória foi aforada corretamente em face de Regina Aparecida Ceará Peracoli - ME, representada pela titular Regina Aparecida Peracoli de Castro, conforme fls. 10/11. Não houve falha alguma quanto à identificação da pessoa jurídica ocupante do polo passivo da ação monitória. O autor-embargado também se orientou acertadamente ao identificar a representante legal da ré. Afasto a preliminar.

A escolha da ação monitória para o exercício da pretensão de cobrança da dívida também se mostrou acertada, por força da Súmula 247, do STJ: " O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória".

De fato, o contrato de abertura de conta e termo de opção pessoa jurídica - SME de fls. 10/11 não contém a estipulação dos juros remuneratórios. O embargado apresentou às fls. 190/245 a movimentação da conta corrente mencionada na inicial e a evolução da dívida, motivo pelo qual este juízo determinou a realização da perícia cujo laudo consta de fls. 251/289.

O contrato firmado entre as partes não prevê a possibilidade de se adotar a capitalização mensal dos juros remuneratórios. Sem cláusula expressa nesse sentido, há de se adotar o critério linear, admitindo-se a capitalização anual nos moldes da Lei da Usura, entendimento consagrado pelo STJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A metodologia da perícia está explicitada no item 4 de fl. 252. O perito identificou excesso de cobrança de juros remuneratórios por conta da capitalização dos juros remuneratórios em prazo inferior a 12 meses, excesso esse da ordem de R\$ 6.283,11, apurado até 02.02.2009.

O STJ tem entendimento pacífico nesse sentido, conforme aresto tirado do v. acórdão proferido no AgRg do AREsp 400027/MS, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, j. 26.11.2013: "CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE NÃO CONSTATADA. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. 'A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada' (REsp n. 973827/RS, Relatora para o acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/8/2012, DJe 24/9/2012). Precedente representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC)". E ainda: "A capitalização dos juros em periodicidade inferior a um ano é admitida nos contratos bancários firmados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17, desde que pactuada de forma clara e expressa, assim considerada quando prevista a taxa de juros anual em percentual pelo menos doze vezes maior do que a mensal." (AgRg no REsp 1142409/SC, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 22.10.2013).

O embargado apresentou os extratos da movimentação da conta corrente, o que possibilitou ao vistor analisar esta no período de 23.2.2007 até 02.02.2009 (item 2 de fl. 252). Nessa data o banco identificou o seu crédito (fl. 40) como sendo R\$ 19.406,27. O perito deduziu desse valor o excesso de R\$ 6.283,11, identificando o saldo devedor da embargante como sendo R\$ 12.926,44 (fl. 253). O vistor elaborou apropriadas planilhas (fls. 255/289) que bem justificam suas referidas conclusões. Acolho integralmente o trabalho do vistor judicial para reconhecer que a dívida da embargante, depois da eliminação dos excessos, é da ordem de R\$ 12.926,44, em 02.02.2009.

Os juros remuneratórios cobrados pelo embargado corresponderam à média desses juros identificada pelo Bacen no mercado financeiro. Não houve excesso algum nesse período. O fato do contrato de abertura da conta corrente não indicar a taxa de juros remuneratórios não significa que o embargado não podia aplicar taxas desses juros segundo o comportamento do mercado financeiro. A única restrição aconteceria na hipótese do embargado ultrapassar as taxas de juros consideradas para os fins da apuração da média identificada pelo Bacen. Ausente abuso quanto a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

esse pormenor.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.112.879/PR, relatora a Ministra Nancy Andrighi, submetido ao regime dos recursos repetitivos, firmou posicionamento no sentido de que, "ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente".

O embargado sucumbiu em razoável porção de sua pretensão. Terá que arcar com as despesas da perícia que arbitro em R\$ 1.000,00, pelas 10 horas de trabalho do perito, valor esse com correção monetária desde a data do laudo (08.07.2013), conforme fl. 290.

JULGO PROCEDENTES EM PARTE os embargos monitórios para reconhecer o excesso de juros remuneratórios exigidos pelo embargado por força do critério da capitalização mensal dos juros remuneratórios aplicado. Em consequência, feito o expurgo do valor desse excesso identificado pelo perito, impõe-se o reconhecimento de que a dívida da embargante para com o embargado em 02.02.2009 é de R\$ 12.926,44, incidindo desde então correção monetária pela Tabela Prática do TJSP e juros de mora de 1% ao mês contados em continuidade ao cálculo do perito judicial. Considerando que ambas as partes sucumbiram proporcionalmente às suas pretensões, os ônus da sucumbência são assim distribuídos: a embargante pagará ao embargado a título de honorários advocatícios, 10% do valor do débito; as custas processuais e periciais serão suportadas pelo embargado. Arbitro o valor dos honorários do perito em R\$ 1.000,00, com correção monetária a partir de julho/2013.

Depois do trânsito em julgado, abra-se vista ao autor para formular requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada, nos termos do artigo 475-B e J, do CPC, no prazo de 10 dias. Vindo esse requerimento, intime-se a ré para, em 15 dias, pagar o valor do débito exequendo, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do referido débito, bem como 1% de custas ao Estado. Findo o prazo de 15 dias sem pagamento, efetuar-se o bloqueio de ativos. A intimação far-se-á nos termos do § 1º, do artigo 475-J, do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA